

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 1 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E QUINZE

-----Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, pelas vinte horas, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1. Eleição do Presidente de Junta de Freguesia (efetivo e substituto) para representar as Juntas de Freguesia do Concelho no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----

-----2. Falecimento do Contra Almirante: Vítor Manuel Trigueiros Crespo – Voto de Pesar;-----

-----3. Proposta de Revisão da Carta Educativa do Concelho de Porto de Mós;-----

-----4. Proposta da Redução da Taxa do IMI, nos termos do n.º 13.º, do Artigo 112.º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.-----

-----5. Suspensão Parcial do PDM para Construção de Equipamento de Apoio Social (Lar de Idosos do CASSAC – Centro de Apoio Social das Serras de Aire e Candeeiros);-----

----- 6. Abertura de Procedimentos Concurrais nos termos do n.º 2, do Artigo 64.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2015;-----

-----7. Amortização Antecipada de Empréstimo de Médio e Longo Prazo decorrente da comunicação da Autoridade Tributária e em cumprimento do disposto no artigo 94.º da Lei do Orçamento do Estado para o Ano de 2014;-----

-----8. Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos;-----

-----9. Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, do ano de 2014;-----

-----10. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: Fábio Ferreira dos Santos (PS – Falta Justificada). ----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Anabela Martins, Rui Fernando Correia Marto, António José Jesus Ferreira e Nélia Maria da Piedade Nogueira.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foi considerada justificada pela mesa a falta à presente sessão dada pelo membro acima referido face à justificação escrita que este apresentou dentro do prazo regimental.-----

-----2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar à Assembleia Municipal se alguém queria fazer algum reparo à ata da anterior sessão ordinária. Não havendo qualquer reparo a fazer, passou então o senhor Presidente da Assembleia a pôr a votação a referida ata, tendo a mesma sido **aprovada por maioria com duas abstenções**.-----

-----3. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois referência à correspondência recebida nos respetivos serviços desde a realização da última sessão desta Assembleia, ficando a mesma disponível para consulta de quem assim o pretenda.-----

-----4. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----Entrando no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia passou a referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir. Antes, porém, informou a Assembleia Municipal que a próxima sessão terá lugar no próximo dia 17 de abril.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra referiu a situação de uma pedreira na Bezerra à qual o Município deu um parecer desfavorável, chamando a atenção que abrir uma pedreira hoje no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros não é fácil, sendo necessário reunir algumas condições entre as quais se contam a autorização do Parque Natural, a existência de matéria-prima e ainda a reposição da mesma área noutra local pela empresa exploradora. Saliu ainda os postos de trabalho que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estas empresas criam e a riqueza que geram no concelho. Disse ainda que existe um projeto para a Bezerra no âmbito das pedreiras, não tendo havido nenhuma entidade que se opusesse a não ser a Câmara Municipal de Porto de Mós, perguntando se este parecer é estático ou se futuramente pode mudar, achando que se trata de uma mais-valia para o concelho apoiar as empresas de extração. Continuando, disse querer perguntar qual a razão pela qual duas pedreiras sitas no Codaçal estão fora do Plano Integrado.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse querer congratular-se pela inauguração do Posto Territorial da GNR de Mira de Aire, pois se tratava de uma obra urgente.-----

-----Referiu-se depois à Comemoração dos Quinhentos Anos do Foral Manuelino, atribuindo-lhe um ponto positivo – a Comemoração em si mesma – e um negativo – a divulgação do evento. Para comemorar uma data desta importância histórica e cultural para o concelho e principalmente para a vila de Porto de Mós, ficou-se muito aquém do que deveria ter sido, faltando um pouco de ambição ao projeto. Disse ainda que se deveria ter associado a população mais jovem a esta comemoração através da promoção de iniciativas neste âmbito junto das escolas.-----

-----Continuou dizendo que, depois de ter trazido a esta Assembleia o assunto do consumo de estupefacientes na escola secundária de Porto de Mós, hoje num jornal nacional diário foi noticiado em contracapa a detenção de um jovem que se dedicava ao consumo e tráfico de droga naquela escola. Disse ainda que teve a confirmação de que a GNR do Comando Distrital deu instruções para se intensificar a vigilância, congratulando-se com os resultados obtidos, significando isso que, a iniciativa do CDS teve algum mérito enquanto iniciativa cívica, não obstante a Direção do Agrupamento de Escolas se manifestar muito melindrada com aquilo que foi uma intervenção puramente cívica e suportada em pedidos que lhe foram endereçados por muitos pais. Dirigindo-se a Telma Cruz, manifestou a sua confusão por todas as vezes que este assunto foi tratado, o Agrupamento, e neste caso, em sede de Assembleia Municipal, esta deputada, encarar isso como uma afronta pessoal, coisa que nunca esteve nos seus horizontes, não sendo de todo sua intenção pôr em causa o bom nome do Agrupamento de Escolas do Concelho de Porto de Mós ou de qualquer instituição. -----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, congratulou-se pela excelente decisão tomada pela Câmara Municipal e pelo Governo na questão das obras realizadas no quartel da GNR de Mira de Aire, congratulando-se também pela assinatura do protocolo para a realização de obras de requalificação do quartel da GNR de Porto de Mós. -----

-----Decorrido mais de um ano sobre a entrada em vigor do Regulamento de Comparticipação de Medicamentos disse que gostaria que o senhor Presidente da Câmara informasse quantas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pessoas já se candidataram para a atribuição destes medicamentos e quais as freguesias com maior aderência a este apoio.-----

-----Na cultura, congratulou-se com a iniciativa da Câmara na Comemoração dos Quinhentos Anos do Foral Manuelino e com a agenda prevista para isso fazendo ainda menção à forte aderência que essas comemorações tiveram, estando presentes no evento cerca de oitenta pessoas vindas do concelho da Amadora, o que demonstra que a cultura atrai pessoas do exterior. Continuou dizendo que a cultura tem de ser encarada não como um caso pontual, mas como uma atividade sistemática e aproveitando esta iniciativa, não quis deixar de referir que a cultura é uma enorme ferramenta para o desenvolvimento económico referido e comprovado por muitos economistas e políticos, apesar de para muitas pessoas a cultura ser entendida como um ramo acessório ou supérfluo das atividades humanas. Ainda hoje é comum uma certa desconfiança quando se defende o investimento cultural, especialmente em sociedades com desigualdades sociais e algumas carências, como a nossa. Por outro lado, as sociedades desenvolvidas têm entendido e incentivado o potencial produtivo e gerador de riqueza encontrado nas manifestações e nos produtos culturais - "cultura é negócio". Os recursos aplicados à cultura de qualquer ordem que sejam, são investimentos, já que movimentam a economia, geram ocupação e rendem desenvolvimento. E é aí que se torna indispensável a ação pública e política da Câmara Municipal e das instituições e sua cooperação de forma a garantir o incentivo e a promoção de atividades que além de difundirem criações artísticas, ajam no sentido de criarem condições para que as práticas culturais se possam desenvolver, transformando-se em hábitos que sejam incorporados na vida social não simplesmente como evento, mas como modo de transformação e enriquecimento individual e coletivo. É necessário que a cultura faça parte do quotidiano e para isso também é necessário educar nesse sentido e promover o seu desenvolvimento e a cidadania. A promoção da cultura através de políticas culturais, não deve ser uma componente adicional mas um campo indispensável da política da Câmara, já que a cultura é um direito inalienável de todo o ser humano, consagrado no artigo 27º da Declaração dos Direitos do Homem, da ONU. Nesta conformidade sugere que a Câmara lidere, em colaboração com as instituições culturais, realize uma agenda cultural durante todo o ano, nas várias infraestruturas existentes no concelho para esse efeito, apesar de o senhor Vice Presidente "*não ter grande otimismo em projetos que envolvam cooperação*" sic, em *O Portomosense*, criando programas atrativos e apelativos de modo a criar o hábito de aderir à cultura sendo também aqui muito importante o papel da escola em promover uma educação para a cultura. Este setor deve ser tratado como uma aposta clara e inequívoca deste executivo, para promover o concelho atraindo cá pessoas possibilitando um revigorar da economia local à semelhança do que se passa em outros concelhos, sendo necessário persistir para enraizar estes hábitos.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Depois de cumprimentar todos os presentes passou a referir-se à problemática das pedreiras na zona da Bezerra a que já se havia referido o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, reforçando a ideia de estas explorações serem fator de desenvolvimento para o concelho e que os industriais podem tirar uma licença para fazer a pesquisa mas que depois não podem explorar, havendo aqui qualquer coisa mal explicada.-----

-----Referiu-se depois ao parque de campismo do Arrimal que está completamente abandonado com as casas de banhos destruídas, pelo que os utentes do parque têm que usar as casas de banho da coletividade local.-----

-----Passou depois a tecer algumas considerações acerca das estradas da freguesia de S. Bento, que, embora reconhecendo os trabalhos que ali têm vindo a ser feitos, deixam muito a desejar.-----

-----Fez ainda referencia ao facto de a partir do dia 26 de novembro, os agricultores que quiserem comprar produtos fitofármacos têm de possuir um curso de formação profissional ou uma autorização para comprar esses produtos sob pena de os mesmos não lhes serem vendidos. Disse ainda saber, que já há juntas de freguesia que estão a desenvolver esse processo e que a Associação dos Agricultores está disponível para colaborar com as juntas de freguesia desde que elas aceitem as inscrições e elaborem os respetivos processos cabendo à Associação ministrar esses cursos através do Centro de Emprego e Formação Profissional. Para as pessoas de mais idade, tem de se encontrar uma forma com o Ministério da Agricultura para que façam uma prova de forma a ser-lhes atribuído um documento para que possam comprar os seus produtos.-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar os presentes, disse que o primeiro ponto da sua intervenção tem a ver com a reabilitação da Ponte de Cavaleiro, sendo que esta Assembleia Municipal em boa hora aprovou a sua proposta de classificação como monumento de interesse municipal, tendo sido feito um bom trabalho a nível de projeto de arquitetura, histórico e arqueológico, não podendo deixar de dar os parabéns ao esforço da Câmara Municipal, na pessoa do senhor Presidente e do senhor Vereador da Cultura em relação à sua sensibilidade para com este projeto. Por outro lado, ainda, também queria felicitar a Câmara Municipal, pela oportunidade de juntar o Foral de D. Dinis, medieval, e o Foral de D. Manuel, já do século XVI, que foi apresentado no dia 18 no castelo, iniciativa que reputa de importante não só para o conhecimento histórico, mas também para o conhecimento científico e cultural deste concelho.-----

-----Em relação à questão das pedreiras que foi aqui suscitada, disse que também leu no jornal uma série de questões em relação às pedreiras de Serro Ventoso, dizendo querer deixar aqui uma nota sobre o assunto: a Câmara apenas emitiu um parecer no âmbito de um processo de consulta pública, sendo uma decisão política. Lembrou que houve uma situação semelhante relativamente a uma exploração no Juncal, havendo um parecer de conteúdo semelhante a este e sendo a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decisão do governo no sentido contrário, pelo que a responsabilidade é do governo central. -----

-----Passou depois a enaltecer a obra do novo quartel da GNR de Mira de Aire, considerando-a uma obra notável em que a Câmara apostou no sentido de manter naquela vila aquela força policial.-----

-----Seguidamente passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara para responder aos anteriores intervenientes, dizendo a Carlos Cordeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, relativamente às pedreiras, que aquilo que a Câmara fez foi apenas emitir um parecer para uma situação que a si não lhe parece que tenha sido conduzida da melhor maneira. Disse ainda que a grande maioria dos exploradores de pedra do concelho estão contra a situação pois a grande maioria deles não teve conhecimento de que iria haver uma nova zona com possibilidades de se explorar pedra. Continuou dizendo que, de repente aparece alguém que tem um contrato com a junta de freguesia dando-lhe a possibilidade de explorar a pedra em sete hectares, numa zona completamente virgem. Reafirmou que nesta fase a Câmara Municipal é contra esta situação pela forma como ela foi conduzida e também porque em termos ambientais irá criar um grande impacto naquela encosta da serra. -----

-----A Mário Cruz, que falou sobre a inauguração do quartel da GNR de Mira de Aire, disse que foi uma obra elogiada por todos que em boa hora foi feita tendo resolvido um problema grave que havia em Mira de Aire tendo permitido que a GNR ali permanecesse. A Olga Silvestre disse que a obra em causa foi paga pela Câmara e que posteriormente, estando o senhor Secretário de Estado disponível para participar, lhe foi dito por si próprio, que assim sendo, e uma vez que a obra estava paga, que participasse a requalificação do quartel da GNR de Porto de Mós. Havendo concordância por parte do senhor Secretário de Estado, foi assim assinado neste Salão Nobre o respetivo protocolo. -----

-----Quanto às Comemorações do Foral Manuelino, disse que o que aconteceu foi apenas o início, dado que as mesmas se prolongarão por algum tempo, estando previstas iniciativas de maior dimensão e visibilidade.-----

-----Quanto à detenção do jovem a que aquele interveniente se referiu, disse que resulta da intensificação duma vigilância que tem vindo a ser feita junto à Escola Secundária pela GNR.-----

-----A Olga Silvestre respondeu que, os dados que questionou sobre o apoio nos medicamentos aos idosos lhe serão oportunamente fornecidos, por não dispor deles neste momento e atendendo à ausência da senhora vereadora desse pelouro. Não obstante, disse saber que alguns idosos já estão a beneficiar desse apoio.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----No que respeita à cultura, disse que concorda com os considerandos que fez, mas que não pode esquecer o grande investimento que tem vindo a ser feito a este nível.-----

-----A António Ferraria disse sobre as sondagens às pedreiras que estas foram autorizadas pela Câmara Municipal mas que avisou os interessados que isso não significava que fosse dar parecer favorável à exploração. Quem fez essas sondagens sabia que havia essa condicionante. No que se refere ao parque de campismo do Arrimal, disse que está previsto um protocolo com o ICNF, dado que aquela infraestrutura é propriedade deste organismo.-----

-----Referiu-se depois à estrada da Pia Carneira como sendo uma das que necessita de uma intervenção urgente.-----

-----Quanto à questão dos produtos químicos para a agricultura, disse ser uma questão preocupante não só para os comerciantes mas principalmente para os agricultores que os aplicam dado que não podem adquiri-los sem que tenham o respetivo cartão. Disse ainda saber que a cooperativa agrícola vai promover cursos de formação, tendo-se ele próprio inscrito num.-----

-----A António José Teixeira, disse que o projeto da Ponte Rio Cavaleiro está concluído, estando apenas a aguardar parecer por parte da Direção Regional de Cultura do Centro para se poder iniciar a requalificação daquela zona.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a usar da palavra para pedir autorização à Assembleia para a inclusão de mais um ponto na ordem de trabalhos, a solicitação da Câmara, atendendo à urgência do assunto – **Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações alimentadas em Baixa Tensão normal do Município de Porto de Mós**. Passou a usar da palavra o senhor vereador Rui Marto para justificar a urgência do pedido de agendamento do assunto supramencionado. O senhor vereador Rui Marto passou depois a explicar a pertinência da inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, devendo-se isso ao facto de se tratar de um compromisso plurianual, que se irá estender por dois anos, com o valor de duzentos e noventa e três mil euros. Ultrapassando os cem mil euros anuais e tendo mais de um ano de vigência, este contrato tem de ser autorizado pela Assembleia Municipal de forma a que se possa abrir o concurso. Continuou dizendo que se trata da alimentação de energia em baixa tensão normal a todos os edifícios da Câmara – escolas, centrais de elevação de águas e outros.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia pôs a votação a inclusão de mais um ponto na ordem de trabalhos, que ficaria a constar como o **decimo primeiro**, sendo o assunto,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações alimentadas em Baixa Tensão normal do Município de Porto de Mós, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.**

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

Havendo público presente, o senhor Presidente da Assembleia passou a perguntar se alguém queria intervir. Não havendo pedidos de intervenção, entrou-se então na Ordem de Trabalhos.

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Eleição do Presidente de Junta de Freguesia (efetivo e substituto) para representar as Juntas de Freguesia do Concelho no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses:

Distribuídos que foram boletins de voto por todos os membros da Assembleia Municipal, passou a proceder-se à votação por escrutínio secreto do Presidente de Junta que representará as Juntas de Freguesia do concelho de Porto de Mós, no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios, tendo sido obtida a seguinte votação:

Numero de votantes: 30 (trinta)

Votos brancos: 1 (um)

Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra: 1 (um) voto.

Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria/Alvados: 2 (dois) votos.

Presidente da Junta de Freguesia de Arrimal/Mendiga: 5 (cinco) votos.

Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós: 7 (sete) votos.

Presidente da Junta de Freguesia de Juncal: 14 (catorze) votos.

Assim sendo, foi eleito com catorze votos, para representar as freguesias do concelho no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Juncal, Marco Paulo Barbosa Lopes, ficando como suplente o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós, José Gomes dos Santos que obteve sete votos.

2. Falecimento do Contra Almirante: Vítor Manuel Trigueiros Crespo – Voto de Pesar:

Foi presente um voto de pesar pelo falecimento do Contra Almirante Vítor Manuel Trigueiros Crespo que foi aprovado por unanimidade em reunião ordinária da Câmara Municipal em 18.12.2014, que o remeteu a esta Assembleia Municipal para sobre ele se pronunciar, e que a seguir se passa a transcrever:

VOTO DE PESAR

Falecimento do Contra Almirante Vítor Manuel Trigueiros Crespo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Foi com enorme pesar que soubemos do falecimento, ontem, em Lisboa do senhor Contra-Almirante, Vítor Manuel Trigueiros Crespo.-----

-----O Município de Porto de Mós, perdeu, assim, um dos seus filhos mais ilustres de sempre.-----

-----Portador de uma brilhante carreira militar, construída no desempenho de altos cargos na hierarquia das Forças Armadas Portuguesas e enriquecida nas múltiplas intervenções que teve no domínio da investigação, da ciência e do ensino académico militar.-----

-----Nascido em Porto de Mós, aos 21 dias do mês de março de 1932, o senhor Contra-Almirante Vítor Manuel Trigueiros Crespo, sempre manteve estreitos laços de natureza sentimental e patrimonial com a sua terra natal, onde mantinha residência.-----

-----Distinto militar e lutador pela liberdade, o Contra-Almirante Vítor Manuel Trigueiros Crespo, participou no «Movimento das Forças Armadas», o qual chegou a reunir em Porto de Mós, e que haveria de conduzir ao êxito da Revolução de 25 de Abril de 1974 e à democracia em Portugal.-----

-----Proponho ao executivo municipal, na sua reunião de 18 de dezembro de 2014, a aprovação deste Voto de Pesar e o remeta à próxima Assembleia Municipal para sobre ele se pronunciar.-----

-----Porto de Mós, 17 de dezembro de 2014. (O Presidente da Câmara Municipal, João Salgueiro).-----

-----O senhor Presidente da Assembleia usando da palavra, propôs que esta Assembleia se associe a este Voto de Pesar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou também da palavra para dizer que esteve no funeral, tendo apresentado à família condolências em nome do Município de Porto de Mós (Assembleia Municipal e Câmara Municipal).-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que em nome da bancada do PSD faria algumas considerações sobre este voto de pesar, congratulando-se com a proposta do senhor Presidente da Câmara, subscrevendo-a na íntegra.-----

-----Disse depois que teve a sorte de, há uns anos atrás ter participado num evento em Lisboa, onde o senhor Contra-Almirante era corresponsável. E se já tinha uma opinião formada sobre a pessoa do senhor Contra-Almirante, de homem íntegro, com uma carreira militar brilhante, de alguém que teve um papel muito importante no Movimento das Forças Armadas, que comungava de um conjunto de princípios e de valores com os quais se identifica, nesse dia teve a oportunidade de, de viva voz, confirmar que realmente o senhor Contra-Almirante Vítor Crespo não era uma pessoa vulgar. Era um ilustre portomosense, do qual todos se devem orgulhar, pela sua carreira, pela sua história de vida, pelos seus valores, pelos seus princípios e por aquilo que foi a participação cívica, cultural e social que ele teve ao longo de muitos anos. Por isso, disse ser da mais elementar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

justiça fazer aqui uma sugestão a todos e que é distinguir este brilhante portomosense com o nome dele num pedaço desta terra, seja numa praça, numa rua, ou num largo. Terminou dizendo que pessoas com a dimensão do senhor Contra-Almirante Vítor Crespo devem perpetuar-se e honrar todos aqueles que serviram Portugal.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Congratulou-se com esta homenagem da Câmara Municipal e desta Assembleia ao senhor Contra-Almirante Vítor Crespo pela pessoa que ele era e pela sua ação na manhã libertadora do próprio dia 25 de Abril e também por tudo o que desenvolveu posteriormente, sendo um privilégio ter um homem desta envergadura no concelho de Porto de Mós.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Associou-se também ao voto de pesar acima transcrito, subscrevendo-o na íntegra. Disse depois que teve a sorte de com ele ter privado desde muito novo, com alguma regularidade e até com alguma proximidade, admirando-o não só pela sua imponência física mas também pela sua grandeza de caráter e de espírito. Disse depois que para si o 25 de Abril é um facto histórico, atendendo à sua idade, mas que admira fortemente todos aqueles que se bateram pela restauração da democracia e da liberdade, o que foi o caso de Contra-Almirante Vítor Crespo. Referiu-se ainda ao papel que o Contra-Almirante assumiu no chamado Documento dos Nove que impediu que se instalasse posteriormente em Portugal uma ditadura militar extremista. Concluiu dizendo que foi não só, um homem da restauração da liberdade e da democracia, mas também um garante de que essa democracia pudesse sobreviver a esse momento de Abril de 1974 e chegar até hoje. Disse ainda subscrever o que disse Júlio Vieira, e que Porto de Mós terá que prestar obrigatoriamente a devida homenagem a este homem, devendo ser algo pensado com tempo e que tenha a dignidade que esta figura merece.-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que teve o privilégio de contactar com o Contra-Almirante durante dois anos e meio enquanto aluno do Instituto de Defesa Nacional, devendo-lhe hoje, enquanto auditor de Defesa Nacional, muito do seu saber. Fez depois o elogio do senhor Contra-Almirante exaltando as suas qualidades de humanista, intelectual e de militar. Terminou dizendo tratar-se de uma perda muito grande para o concelho de Porto de Mós e também para o País. Os deputados eleitos pelo Partido Socialista prestam hoje, homenagem, passados dois meses da sua morte, à sua memória pedindo à Câmara Municipal que tenha em consideração um topónimo de rua ou outro tipo de situação para que a sua memória perdure neste Município.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que pessoalmente também se associa à

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proposta que o deputado Júlio Vieira fez e que é secundado pelos restantes intervenientes.-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu depois que a Câmara Municipal homenageou o senhor Contra-Almirante, ainda em vida, com a medalha de mérito do Município de Porto de Mós.--

-----Assim foi **aprovado por unanimidade e aclamação o voto de pesar proposto pela Câmara Municipal**, pelo falecimento do senhor Contra-Almirante Vítor Manuel Trigueiros Crespo.-----

-----**3. Proposta de Revisão da Carta Educativa do Concelho de Porto de Mós:** -----

-----O senhor Presidente da Câmara deu a palavra à senhora vereadora da Educação Anabela Martins que passou a dar algumas explicações relativas ao documento em discussão. -----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Referindo-se à proposta de Carta Educativa apresentada, disse que ela apresenta bastantes virtudes. Perguntou depois se a comissão de avaliação que foi criada tem apenas como objetivo monitorizar os aspetos dinâmicos do dia-a-dia das escolas ou se também irá ter em atenção alterações que se perfilam no horizonte, relativamente à descentralização de mais poderes da administração central para as autarquias locais.-----

-----**Telma Cristina Rodrigues da Cruz (PSD):**-----

-----Quanto a este assunto, disse que já deu o seu parecer positivo no Conselho Municipal de Educação, não tendo mais nada a acrescentar. No entanto, e uma vez que se está a falar de educação, e o assunto Agrupamento de Escolas tem sido uma constante nesta Assembleia Municipal, o que tem a dizer é que todas as questões que tenham a ver com o Conselho devem ser abordadas e/ou levantadas em sede de Assembleia Municipal, se assim o entenderem. A forma como são abordadas é que por vezes não é a melhor, e disse estar a falar da forma como Mário Cruz abordou os assuntos relativos ao Agrupamento de Escolas. A Direção do Agrupamento e todos os que nele exercem funções, tem como prática resolver todos os problemas inerentes aos seus alunos, e para além disso, tem como prática oferecer um ensino e uma educação de qualidade. Disse ainda que está a falar não apenas dos alunos do Agrupamento, mas das crianças, dos jovens e das famílias deste concelho, que merecem todo o seu respeito. Para conhecimento de todos, o Agrupamento, tem sido este ano letivo, alvo de várias inspeções e em todas elas foram atribuídos os maiores elogios à sua atuação. Esses elogios não foram apenas para a Direção do Agrupamento mas sim para toda a comunidade educativa, perguntando se é necessário que venha gente de fora para os valorizar. Disse depois que foram oferecidas um conjunto de condições aos alunos do concelho que não existem em outras escolas, dando apoio a todos os alunos com dificuldades nas disciplinas estruturantes em todos os ciclos de ensino, apoiando os alunos que querem ir mais além e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em todas as disciplinas estruturantes e sujeitas a exame nacional, oferecendo inglês desde o primeiro ciclo mesmo sem ser obrigatório pela tutela e participam com sucesso com prémios recebidos em projetos de índole regional e nacional. Há alunos com grande sucesso no ensino superior e na sua profissão, como se pode ver na Revista Viver editada pela Câmara Municipal. Disse ainda que não entende algumas acusações feitas por Mário Cruz, porque trabalham para os seus alunos e que o sucesso destes é o seu sucesso, quer do Agrupamento, quer do Concelho.-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Disse que a sua preocupação não é tanto com a revisão da Carta Educativa, mas com o facto de ela vir a ser altamente condicionada por um Decreto Lei que foi publicado em fevereiro e que lhe parece, em relação à municipalização da educação, uma trapalhada bastante significativa. A descentralização de competências, é um caminho que em sua opinião deve ser trilhado, mas deverá respeitar o princípio da subsidiariedade, da autonomia e da eficiência tendo sempre por finalidade aumentar a qualidade do serviço público da educação. Continuou dizendo que o modelo proposto pelo governo não vincula estes princípios, a matriz que propõe a delegação de competências com os municípios, não só retira autonomia às escolas como trata as autarquias como extensões da administração central. Algumas matérias de âmbito pedagógico e até curricular bem como o recrutamento de pessoal docente deixam de ser competência das escolas. A independência e autonomia da escola pública fica assim diminuída. Manifestou assim a sua preocupação achando que estes fatores podem vir a condicionar altamente a Carta Educativa.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----No que se refere à Carta Educativa, disse que o PSD entende que este documento devia ser mais ambicioso. Apesar de ser revisto de cinco em cinco anos, devia ter uma visão mais alargada. Todos sabem que, infelizmente e de acordo com os dados apresentados, com a baixa natalidade, em algumas zonas do concelho vão encerrar mais escolas a curto prazo, escolas onde foram realizados investimentos significativos há pouco tempo e em relação aos quais a bancada do PSD manifestou discordância. Por isso, além do previsto centro educativo de Porto de Mós e a ampliação de mais salas em Calvaria de Cima e Mira de Aire, que estão previstas no documento, entende que a Carta Educativa devia contemplar mais Centros Educativos, nomeadamente na Calvaria de Cima, Juncal e na zona serrana. Apesar de se poderem adiar e prolongar até ao máximo as escolas existentes, nos locais onde estão a funcionar atualmente, porque foram feitos investimentos que têm de ser rentabilizados, acha que a qualidade do ensino e as condições melhoram de forma significativa com os centros educativos, igualando assim o nível de ensino e a oferta a todas as crianças do concelho. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD)** que se havia inscrito para usar da palavra, prescindiu da mesma.-----

-----**Mário Alberto Vieira da Cruz (CDS/PP)**, pediu a palavra para dizer que a intervenção que foi feita por Telma Cruz só comprova o que este disse inicialmente, sendo totalmente despropositada.---

-----Foi dada a palavra depois à senhora Vereadora Anabela Martins que passou a responder aos anteriores intervenientes. Respondendo a **Mário Cruz** e **António José Teixeira**, disse que esta comissão de avaliação é não apenas para monitorizar, ou seja, recolher os dados anualmente porque acaba por facilitar uma resposta mais imediata mas também para acompanhar essas tais alterações. Referiu depois que, aquando do termo da recolha de dados para a revisão da Carta Educativa, ainda não tinha sido publicado o Decreto que aqui foi mencionado. Sendo a Carta Educativa um documento dinâmico, estará atento a essas situações.-----

-----A **Gabriel Vala** disse que se deve ser cauteloso, não fazendo investimentos que mais tarde se verifique não terem utilidade.-----

-----Referiu depois que as intervenções que se fazem são em escolas grandes, para colmatar situações onde existe um grande número de alunos e que essas não serão escolas para fechar, pois são aquelas onde se aglomeram um maior número de crianças, sendo que também foram planeadas de uma forma estratégica, de forma a poderem receber alunos no caso de escolas mais pequenas encerrarem.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou também da palavra dizendo a José Gabriel Vala que há que ter cuidado com as ambições se elas não forem coerentes com a realidade. Referiu-se ainda ao investimento em escolas que mais tarde vêm a encerrar dizendo que não foi este executivo que cometeu esse erro. Não foi este executivo que executou as obras na escola de Casais Garridos nem foi este executivo que construiu a escola pré-primária de Tremoceira que no ano seguinte encerrou e que foi inaugurada um dia antes das eleições. Disse ainda que até à data, em termos de investimento das escolas do concelho, não se arrepende rigorosamente de nada, tendo a consciência de que se não se tivesse feito o investimento que se fez na escola de S. Bento, esta estaria provavelmente encerrada.-----

-----Disse ainda, quanto à descentralização de competências, que o assunto está a ser estudado pela Associação Nacional de Municípios, mas que põe grandes reticências quanto à mesma.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD)**, pediu a palavra dizendo que cada bancada tem meia hora

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para intervir e dado que o tempo que compete ao PSD ainda não se esgotou, queria usar dessa prerrogativa.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra a Júlio Vieira que começou por dizer que a Carta Educativa é um documento estratégico da orientação do executivo relativamente à visão que tem para o parque educativo do concelho. Disse depois que existe um problema em Porto de Mós, bem como no resto do País, que tem a ver com demografia. Todos sabem, através dos estudos que têm sido feitos que irá haver menos alunos no futuro o que provoca inevitavelmente o fecho de escolas. Sabendo-se isto há muito tempo, havia duas formas de resolver este problema. Uma era acrescentando salas nas escolas primárias, fazendo ainda investimentos, mesmo sabendo que um dia elas vão ter de fechar porque não irão ter alunos. Outra forma era, seguir aquilo que foram as orientações políticas do anterior governo socialista, apostando na construção dos centros educativos, ou seja abandonando a velha escola primária e concentrando, duas, três escolas primárias num centro escolar, numa escola de excelência, com todo o equipamento de que hoje essas escolas dispõem. Dos dois caminhos seguiu-se o primeiro, tendo-se investido nos últimos dez anos mais de sete milhões de euros no parque escolar, sendo certo que alguns dos investimentos que se fizeram vão ficar ao abandono, por força do encerramento desses estabelecimentos escolares. Mas mais grave do que isso, é que no século XXI as condições proporcionadas aos alunos são diferentes em função da escola que frequentam. Por isso é que acha que esta Carta Educativa devia contemplar o Centro Educativo de Porto de Mós, mas também perspetivar aquilo que será uma inevitabilidade, que é o encerramento de outras escolas noutras localidades e a concentração em centros educativos por zonas, e não obrigando a grandes deslocações das crianças e fazendo demagogia com esse facto.-----

-----O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para responder a Júlio Vieira, dizendo que parece que este não conhece a realidade em que vive. Disse depois que a Carta Educativa não se resume ao parque escolar, tendo a ver essencialmente com políticas educativas. -----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o presente ponto da ordem de trabalhos - **Proposta de Revisão da Carta Educativa do Concelho de Porto de Mós** – tendo a mesma sido **aprovada por maioria com 21 (vinte e um) votos a favor e 8 (oito) abstenções**.-----

-----A senhora vereadora Anabela Martins pediu ainda a palavra para agradecer publicamente a todas as entidades que colaboraram na recolha e envio de dados que tornou possível a execução da presente Carta Educativa.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **4. Proposta da Redução da Taxa do IMI, nos termos do n.º 13.º, do Artigo 112.º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal fez o enquadramento deste ponto da ordem de trabalhos, começando por dizer que o senhor deputado municipal Mário Cruz do CDS/PP, pediu, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, para se incluir na ordem de trabalhos uma proposta de redução da taxa de IMI, que juntou ao requerimento, na sequência da publicação do Orçamento Geral do Estado onde se previa que taxa de IMI poderia ser reduzida de acordo com o quociente familiar. Entretanto, porque o executivo já se tinha debruçado sobre este assunto, foi comunicado ao requerente que tal ponto já estava agendado por iniciativa da Câmara Municipal.-----

-----Seguidamente usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara que passou a dizer que não existe uma proposta do executivo municipal no sentido da redução das taxas do IMI. Continuou dizendo que este assunto foi despoletado pelo senhor deputado Mário Cruz em finais de novembro, numa altura em que o Orçamento Geral do Estado ainda não estava publicado. Na sugestão que este membro da Assembleia enviou ao executivo para que se agendasse uma reunião para discussão desse assunto, dado que o Orçamento abria uma janela para que as Assembleias Municipais pudessem aprovar uma redução das taxas de IMI de acordo com os coeficientes relacionados com o número de dependentes. Acrescentou que tendo em conta a altura em que aquela sugestão surgiu não se viu qualquer urgência nisso, dado que a data limite para a fixação da taxa de IMI se situa em setembro próximo. Disse depois que, todos sabem da hipótese que a lei abriu, mas o executivo não tem conhecimento dos impactos que daí advirão. Ainda assim, o executivo manifestou-se disponível para estudar esse problema reunindo com as forças da oposição.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Quanto à proposta que o CDS/PP apresentou e à cronologia, disse que já foi explicada pelo senhor Presidente da Assembleia. Disse ainda que depois de ter sido alertado para o facto de que este assunto seria trazido pelo executivo, em tempo próprio retirou a proposta, fazendo questão no entanto, de que essa documentação seguisse para todos os membros da Assembleia para se refletir sobre este assunto. Continuou dizendo que é também verdade que o momento próprio, em termos temporais, para apresentação desta proposta será em setembro, pois será aí que se fixarão as taxas de IMI.-----

-----Disse depois que este chamado IMI familiar, beneficia os proprietários mas apenas quanto a habitações que constituam casa morada de família. Esta redução, do ponto de vista do CDS/PP, não tem apenas como objetivo um desanuviar da carga fiscal, mas permitir ao próprio concelho incentivar as políticas de família e de natalidade.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Referiu ainda que estas reduções se aplicam sobre uma taxa que já é relativamente baixa no concelho de Porto de Mós, não se estando a falar de diferenças assim tão grandes. Concluiu dizendo que o CDS/PP estará aberto a conversações sobre este assunto até setembro, sendo certo que o mesmo apresentará, havendo esta janela de oportunidade, essa proposta sobre a forma de recomendação à Assembleia Municipal. -----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Usando da palavra, disse que quando se fala em baixar o IMI isso é sempre bom para alguém, mas segundo o senhor Vice-Presidente isso beneficiaria sempre os maiores, sendo aí que reside a sua dúvida.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PS):**-----

-----Em relação ao assunto do IMI, disse que continua a defender que uma das formas de se contrariar o baixo crescimento da população no concelho e a não fixação de pessoas é através dos impostos. Acrescentou ainda que o senhor Vice-Presidente disse que quem irá beneficiar mais com esta medida são as casas grandes argumentando que são essas pessoas que poderão ter mais filhos dado que têm melhores condições. Disse ainda que se o Município tem uma situação financeira que lhe permite amortizar empréstimos antecipadamente que têm uma maturidade de 20 anos, resultante de uma lei, porque não pensar-se em fixar pessoas no concelho por via da redução de impostos, nomeadamente do IMI. -----

-----**António Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que na altura em que o assunto vier à assembleia para discussão dará a sua opinião. Referiu que não queria deixar passar a ocasião para referir o artigo 48º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, com o título, "Prédios de Reduzido Valor Patrimonial de Sujeitos Passivos de Baixos Rendimentos". Disse pensar que esta é uma situação que deve beneficiar muita gente e que está demasiado esquecido. Este artigo diz que ficam isentos de imposto municipal sobre imóveis, os prédios rústicos e o prédio, ou parte de prédio urbano, destinado a habitação própria permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, desde que o rendimento bruto, total, anual do agregado familiar, não seja superior a 2,3 vezes, o valor anual do IAS (o que significa um valor de quinze mil duzentos e noventa e cinco euros por ano) e que o total dos prédios de que seja possuidor, não tenha valor patrimonial tributário superior a dez IAS anuais, ou seja, cerca de sessenta mil euros.-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Tendo ouvido atentamente as intervenções anteriores, e tendo em conta o âmbito desta proposta, disse pensar que o mais equilibrado e ponderado, seria pedir à Câmara Municipal que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tentasse quantificar o que significaria uma medida desta natureza.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Em relação à proposta apresentada pelo CDS/PP disse que apesar de concordar com o teor da mesma, concorda também com as palavras do senhor Vice-Presidente, considerando-a extemporânea. Disse ainda que nesta altura não se deve estar a apresentar uma proposta de redução de uma taxa que ainda não existe, dado que a mesma só será fixada em setembro. Neste momento a taxa que se encontra fixada é referente ao IMI lançado em 2014 e que será paga em 2015.-----

-----Propôs seguidamente ao CDS/PP que retirasse a proposta para que ela não fosse votada.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que a proposta não iria ser votada, que o assunto carece de tempo e de estudo e que o CDS/PP já retirou a proposta.-----

-----O senhor Vice-Presidente passou a responder que este assunto, pela sua natureza e sobretudo pelos seus efeitos, que não se conhecem, carece de um período de maturação. Continuou ainda dizendo que para se prescindir duma receita futura como acontecerá se a redução do IMI vier a acontecer, será preciso que alguém diga em que que é que essa receita deixará de se aplicar.-----

-----**5. Suspensão Parcial do PDM para Construção de Equipamento de Apoio Social (Lar de Idosos do CASSAC – Centro de Apoio Social das Serras de Aire e Candeeiros):**-----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara passou a apresentar o assunto supra, dizendo que o mesmo visa permitir a construção das instalações do CASSAC, atendendo a que se trata de uma infraestrutura há muito desejada pelas freguesias da serra, dado que esta obra irá satisfazer uma necessidade daquela zona serrana que dela está deficitária.-----

-----Fez ainda referencia à necessidade de se corrigir o título deste ponto da ordem de trabalhos, devendo o mesmo passar a ser: **5. Suspensão Parcial do PDM para Construção de Equipamento de Apoio Social (Lar de Idosos do CASSAC – Centro de Apoio Social das Serras de Aire e Candeeiros) e aprovação das Medidas Preventivas.**-----

-----Continuou dizendo que atualmente o PDM não permite a construção desta infraestrutura, sendo a única solução para já e de modo a acelerar o processo, a suspensão do PDM. Acrescentou ainda que o PDM está em fase final de revisão e que esta suspensão apenas vai permitir um ganho de dois ou três meses mas que poderão ser importantes para obtenção de financiamento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunitário. Referiu ainda que as medidas preventivas estarão em vigor por dois anos, e têm por objetivo impedir que alguém, aproveitando esse vazio do PDM, pudesse ali vir a construir qualquer outra coisa.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usou da palavra para perguntar a razão pela qual não se tinha suspenso já o PDM para este efeito, atendendo a que já é intenção do CASSAC a construção deste equipamento há muito tempo. Perguntou depois se na revisão do PDM apenas está prevista a parte necessária para essa construção ou se vai abranger outras partes que não estariam aptas a que se pudesse construir.---

-----**Maria Lídia Vieira Santos Coelho Semião (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que os dados que pretende transmitir são do conhecimento público, dado que estão divulgados na Carta Social. Com a sua intervenção, disse que pretendia contribuir para a fundamentação da importância de que se reveste a criação de novas respostas sociais, na área das freguesias de abrangência do CASSAC. Esta instituição já deu provas da sua capacidade de gestão e da organização na prestação de serviços à comunidade onde intervém, no entanto, tem vindo a manifestar intenção de diversificar a sua oferta, de forma a ajustar-se às necessidades e interesses, nomeadamente dos idosos, aos quais tem dirigido grande parte da sua atividade. Deve igualmente existir preocupação em, de preferência, não promover o desenraizamento dos idosos proporcionando-lhes condições para continuarem a viver o mais próximo possível do ambiente que lhes é familiar. Ao decidir diversificar o tipo de respostas para este grupo etário, a instituição está a contribuir para que em cada momento do seu processo de envelhecimento, o cidadão disponha da resposta mais adequada, ou seja, haverá um momento em que o SAD, Serviço de Apoio Domiciliário, ou Centro de Dia serão suficientes, mas noutros contextos de dependência ou isolamento, a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, ERPI, designação que sucede a Lar de Idosos, por ser mais abrangente, é a que mais se adequa.-----

- -----No edifício que ocupa, desde o início da sua atividade, torna-se inviável instalar outras respostas sociais, não só pela falta de espaço, como pelas condições do edifício, que dificilmente se iriam adequar à legislação em vigor.-----

-----No concelho de Porto de Mós, onde estão identificadas quatro ERPI, cuja gestão é efetuada diretamente por IPSS, com uma capacidade global de 195 camas, o que corresponde a 3,9 de taxa de cobertura, considerando pouco mais de 5 000 residentes com 65 e mais anos. A taxa de cobertura de 3,9, está ligeiramente abaixo da taxa mínima desejável, que para esta resposta social é de 4%. Em SAD, existem 7 respostas com 322 lugares, que correspondem a 6,4%. Em Centro de Dia, funcionam 7 estabelecimentos com 170 vagas, que atingem a taxa de 3,4% e 2 Centros de Convívio para 60 utentes. Nas freguesias em causa, apenas existe um Serviço de Apoio Domiciliário, que pode abranger 42 utentes mas que apenas tem 27 em acordo de cooperação. Para as freguesias

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desta zona geográfica apenas existe um SAD, havendo grande necessidade de dotar esta região com outras respostas. As restantes freguesias em termos de ERPI, se não possuem uma estrutura na sua própria sede, têm uma estrutura que lhes fica muito próxima e que pode responder aos idosos residentes.-----

-----Saliu ainda que da rede social privada, este concelho também tem algumas respostas a funcionar e que na Carta Social já referida, se vão encontrar quatro estabelecimentos licenciados, para uma capacidade de 52 camas.-----

-----Terminou dizendo que era esta a informação que queria dar a todos os presentes, justificando assim a necessidade de criação de respostas sociais naquela zona serrana.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para responder a **António Pires** sobre o facto de se estar agora a suspender o PDM e não antes, referindo que o novo Plano de Ordenamento do Parque vem permitir esta alteração, e que nem sequer se teria proposto esta suspensão do PDM se à partida não houvesse a garantia por parte do PNSAC de parecer favorável.-----

Quanto à revisão do PDM, disse que existe uma forte limitação no tempo, o que permite que, finalmente, todas as estruturas que têm de dar parecer sobre o PDM estejam reunidas, e o estejam a fazer. Terminou dizendo que o PDM tem de estar publicado a 28/29 de junho deste ano. Disse ainda que em maio, em princípio, deverá ser convocada uma sessão da Assembleia Municipal extraordinária, para aprovação do PDM, que seguirá depois para publicação em Diário da Republica.-----

-----A **Lídia Semião** agradeceu o contributo prestado, considerando-o uma mais-valia para o esclarecimento desta questão.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Suspensão Parcial do PDM para Construção de Equipamento de Apoio Social (Lar de Idosos do CASSAC – Centro de Apoio Social das Serras de Aire e Candeeiros) e aprovação das Medidas Preventivas** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**6. Abertura de Procedimentos Concurrais nos termos do n.º 2, do Artigo 64.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2015:**-----

-----Passando a usar da palavra, o senhor Presidente da Câmara referiu que o Orçamento de Estado veio permitir esta abertura, uma vez que a Câmara cumpre os requisitos que a lei exige no que diz respeito à admissão de pessoal. Disse depois da necessidade de preencher alguns lugares, sem os quais, não é possível o funcionamento de estruturas existentes, nomeadamente o Castelo, a CPCJ e o Pavilhão Gimnodesportivo. Falou ainda da necessidade de preenchimento de lugares de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assistentes operacionais, dizendo que dentro do universo de trabalhadores da Câmara não há hipótese de contornar esta situação nem a possibilidade de os movimentar para estes lugares. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

- -----Interveio dizendo que efetivamente, se o lugar a preencher for de eletricista, não haverá outro funcionário que possa desempenhar essas funções, mas tratando-se da área da Cultura por exemplo, perguntou se no universo dos trabalhadores da Câmara, não haverá ninguém que possa desempenhar essas funções, requalificando-o para o efeito.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder que a lei da mobilidade permite afetar alguns funcionários noutros serviços. Disse ainda que existirá pontualmente um ou outro funcionário que poderá ser excedentário, nomeadamente no Agrupamento de Escolas de Porto de Mós. -----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Abertura de Procedimentos Concursais nos termos do n.º 2, do Artigo 64.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2015** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**7. Amortização Antecipada de Empréstimo de Médio e Longo Prazo decorrente da comunicação da Autoridade Tributária e em cumprimento do disposto no artigo 94.º da Lei do Orçamento do Estado para o Ano de 2014:**-----

-----Usou da palavra o senhor Vice Presidente dizendo que este ponto é apenas para informar a Assembleia Municipal, não estando sujeito a votação, dado que a autorização para contrair os empréstimos foi dada por este órgão.-----

-----Disse depois que havia um remanescente neste empréstimo que vinha já desde 2003, e que era aquele que era mais caro em termos de juros. Como era aquele que cabia no valor que se podia ainda utilizar para este efeito, em termos de excedente de IMI, foi o mesmo integralmente liquidado.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse concordar que seja feita a redução do endividamento, mas que gostaria de colocar uma questão sobre a legalidade deste procedimento, que não foi o mesmo que foi adotado em 2013, em que a variação positiva da receita do IMI foi de 272 mil euros tendo a Câmara feito um pagamento extraordinário de 275 mil euros. A ideia que lhe fica relativamente a este ano, é que a receita de 400 mil euros provenientes do IMI deveria ser um pagamento extraordinário e não um pagamento a deduzir dos pagamentos correntes do ano.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Vice Presidente passou a responder que em 2013 o pagamento que foi efetuado, foi extraordinário em relação às amortizações normais. Esclareceu ainda que foi opção do executivo a amortização de empréstimos, conforme a lei refere, não fazendo esta menção ao caráter extraordinário dos mesmos.-----

----- **8. Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra dizendo que este ponto deriva de uma deliberação da Assembleia Municipal que autorizou que a Câmara assumisse determinados compromissos com a condição de dar conhecimento a esta Assembleia, dos mesmos, não carecendo de deliberação.-----

----- **9.**

----- **Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, do ano de 2014:**-----

-----O senhor Presidente usando da palavra passou a dizer que este é o Relatório que dá conta da atividade da CPCJ de Porto de Mós, durante o ano de 2014, e que o mesmo se traduz em números, atendendo à confidencialidade dos casos.-----

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD)**, sugeriu que o ponto 11 da ordem de trabalhos passasse a ser discutido antes do 10º, ao que o senhor Presidente da Assembleia Municipal transigiu.-----

----- **11. Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações alimentadas em Baixa Tensão normal do Município de Porto de Mós:** -----

-----Passou então o senhor vereador Rui Marto a explicar este assunto, e que pelo facto de ser um compromisso plurianual que se irá estender por dois anos, com o valor de duzentos e noventa e três mil euros e tendo mais de um ano de vigência, este contrato tem de ser autorizado pela Assembleia Municipal de forma a que se possa abrir o concurso. Continuou dizendo que se trata da alimentação de energia em baixa tensão normal a todos os edifícios da Câmara – escolas, centrais de elevação de águas e outros.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

----- **10. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.**-----

-----O senhor Presidente da Câmara prescindiu de ler o documento enviado a todos os deputados municipais atempadamente, dando conta da atividade do município no período

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

compreendido entre a última sessão da Assembleia e esta mesma, manifestando a sua disponibilidade para prestar qualquer informação tida por conveniente.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações tomadas nos seguintes pontos: 1. Eleição do Presidente de Junta de Freguesia (efetivo e substituto) para representar as Juntas de Freguesia do Concelho no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; 2. Falecimento do Contra Almirante: Vítor Manuel Trigueiros Crespo – Voto de Pesar; 3. Proposta de Revisão da Carta Educativa do Concelho de Porto de Mós; 4. Proposta da Redução da Taxa do IMI, nos termos do n.º 13.º, do Artigo 112.º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis; 5. Suspensão Parcial do PDM para Construção de Equipamento de Apoio Social (Lar de Idosos do CASSAC – Centro de Apoio Social das Serras de Aire e Candeeiros); 6. Abertura de Procedimentos Concurrais nos termos do n.º 2, do Artigo 64.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2015; 11. Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações alimentadas em Baixa Tensão normal do Município de Porto de Mós, tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 23.50 horas do dia 27 de fevereiro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

